



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA - RFP Serviços

Ref.: Edital No. 0010/2016

(Favor mencionar essa referência da UNESCO em todas as correspondências)

05/02/2016

Prezados Senhores,

Vimos por meio desta convidá-los a apresentarem uma proposta para **OBJETO** segundo este documento de solicitação.

A Solicitação de Proposta (RFP) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

- Anexo I Instruções aos Licitantes
- Anexo I.a Instruções Adicionais aos Licitantes
- Anexo II Condições Gerais do Contrato
- Anexo III Termos de Referência (TOR)
- Anexo IV Formulário de Apresentação de Proposta
- Anexo V Tabela de Preços

Sua oferta, em envelopes lacrados, deve ser entregue ao endereço abaixo **até no máximo 18h do dia 09 de março de 2016.**

ENVELOPE LACRADO – NÃO ABRIR

Ref.: Edital No. 0010/2016

Representação da UNESCO no Brasil

Unidade de Finanças, Licitações e Contratos

SAS Quadra 5 Bloco H Lote 6

Ed. CNPq/IBICT/UNESCO

70070-914 – Brasília, DF - Brasil

Tel. 55 61 2106-3500

Fax 55 61 3322-4261

Este Edital não deve ser interpretado, de qualquer forma, como uma oferta de contrato com sua empresa/instituição. Contudo, sua proposta pode servir de base para um contrato entre sua empresa e a UNESCO.

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o e-mail informação acima.

Em nome da UNESCO
Escritório da UNESCO no Brasil
Administração - Setor de Licitações e Contratos

ANEXO I – Instruções aos Licitantes

Essas instruções contêm orientações e diretrizes gerais sobre a preparação, esclarecimento e apresentação de Propostas.

A. INTRODUÇÃO

1. Geral

A finalidade desta Solicitação de Proposta (RFP) é solicitar Propostas Lacradas para serviços profissionais a serem prestados à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura - UNESCO.

Os licitantes não devem ser ou ter sido associados, direta ou indiretamente, a uma firma ou quaisquer de suas subsidiárias que tenham sido contratadas pela UNESCO para prestar consultoria na preparação dos Termos de Referência e de outros documentos a serem usados para a aquisição dos serviços a serem adquiridos nos termos desta Solicitação de Proposta.

2. Custo da Proposta

O Licitante deve arcar com todos os custos associados à preparação e submissão da Proposta e, em circunstância alguma, a UNESCO será responsabilizada pelos custos, independentemente se relacionados à execução ou aos resultados da solicitação.

B. EDITAL

3. Conteúdos do Edital

As propostas devem oferecer a íntegra dos serviços solicitados. As propostas que oferecerem apenas parte do solicitado serão rejeitadas. O Licitante deve analisar todas as instruções, formulários, termos e especificações correspondentes contidos no Edital. O não cumprimento dos termos deste Edital será por conta e risco do Licitante, podendo afetar a avaliação da Proposta.

4. Esclarecimentos sobre o Edital

Um potencial Licitante que necessite qualquer esclarecimento sobre os Edital pode solicitar à UNESCO por escrito para o e-mail licita@unesco.org.br. A UNESCO responderá por escrito qualquer solicitação de esclarecimento sobre o Edital que receber em até 10 (dez) dias úteis antes data de apresentação de Propostas. As cópias escritas da resposta da organização (inclusive uma explicação da pergunta, mas sem identificar a fonte do questionamento) podem ser enviadas a todos os Licitantes potenciais que obtiveram o Edital.

5. Errata do Edital

A qualquer momento antes do prazo final de apresentação das Propostas, a UNESCO pode, por qualquer motivo, seja por iniciativa própria ou em resposta a um esclarecimento solicitado por um potencial Licitante, modificar o Edital, mediante errata.

Todos os potenciais Licitantes que receberam o Edital serão notificados por escrito sobre qualquer errata do Edital.

Para que os Licitantes potenciais tenham tempo suficiente para considerar as erratas na preparação de suas propostas, a UNESCO pode, a seu critério, estender o prazo para apresentação das Propostas.

C. PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas recebidas devem incluir informações em escopo e detalhes suficientes para que a UNESCO possa analisar se a empresa tem a capacidade, experiência, especialização, (posição financeira) necessárias para desempenhar os serviços satisfatoriamente.

6. Idioma da Proposta

As Propostas preparadas pelo Licitante, assim como qualquer correspondência ou documento relativo à Proposta e trocado entre o Licitante e a UNESCO, devem ser elaboradas em português ou inglês. Qualquer material impresso apresentado pelo Licitante pode ser em outro idioma, desde que seja acompanhado de uma tradução dos trechos pertinentes e, nesse caso, para fins de interpretação da Proposta, o idioma especificado no Edital se aplica.

7. Documentos que Compõem a Proposta

A Proposta deve abranger os seguintes componentes:

- a) Documentação de Habilitação (vide Anexo I.a);
- b) Formulário de Apresentação de Proposta e Proposta Técnica, inclusive os documentos que demonstram que o Licitante atende a todos os requisitos;
- c) A Proposta Financeira e a Tabela de Preços preenchida segundo as cláusulas 8 e 9;

8. Formulário de Proposta e Apresentação da Proposta Técnica

O Licitante deve estruturar a parte técnica de sua Proposta como segue:

8.1. Descrição da empresa/instituição e suas qualificações

(a) Estrutura Gerencial

Esta Seção deve prestar orientação corporativa para incluir o perfil da empresa (ano e país de estabelecimento – cópia do estatuto), uma breve descrição das atividades atuais, concentrando-se nos serviços relacionados à Proposta, assim como uma breve descrição da experiência recente em projetos similares, inclusive experiência no país.

A empresa/instituição deve descrever a(s) unidade(s) organizacional(is) que será responsável pelo contrato, assim como a abordagem gerencial geral para um projeto deste tipo. O Licitante deve identificar a(s) pessoa(s) que o representará em qualquer negociação futura com a UNESCO.

(b) Plano de Recursos

Esta Seção deve explicar totalmente os recursos do Licitante em termos de pessoal e instalações necessários para atender aos requisitos, assim como a quaisquer planos de expansão. Deve descrever as atuais capacidades/instalações do Licitante, bem como quaisquer planos para expansão.

8.2. Abordagem, Metodologia, Cronograma e Produtos Propostos

Esta seção deve demonstrar a capacidade de resposta do Licitante ao TOR e incluir uma descrição detalhada da forma como a empresa/instituição atenderá ao TOR, abordando os requisitos especificados, ponto a ponto. É necessário incluir o número de dias de trabalho por pessoa em cada especialização que for considerada necessária para realizar todo o trabalho solicitado.

Para fins de avaliação de seu entendimento sobre os requisitos, inclua todas as premissas e comentários sobre os dados, serviços de suporte e instalações a serem fornecidos pelo beneficiário, segundo a Declaração de Requisitos / TOR ou que você creia serem necessários.

8.3. Pessoal Proposto

Nesta seção, o licitante deve refletir o pessoal do projeto, inclusive as tarefas a serem atribuídas a cada funcionário e a qualificação deste em relação à experiência prática na área de especialização do projeto, para cada funcionário proposto. É necessário apresentar o CV completo do funcionário proposto.

Quando for o caso, a proposta de quadro de funcionários deve ser acompanhada de um organograma que mostre a hierarquia, assim como de uma descrição da estrutura organizacional.

A parte técnica da Proposta não deve conter qualquer informação de preços dos serviços ofertados.

A informação de preço deve ser separada e só deve ser apresentada na Proposta Financeira.

O sistema de numeração da Proposta do Licitante deve corresponder ao sistema de numeração descrito no TOR. Todas as referências a materiais descritivos e brochuras devem ser apresentadas no parágrafo respectivo, apesar de os materiais/documentos poderem ser incluídos como anexos à Proposta / resposta.

9. Proposta Financeira

O Licitante deve indicar, na Proposta Financeira, um exemplo do que a Tabela de Preços contém, assim como os preços dos serviços propostos para o contrato, caso seja selecionado.

10. Moedas propostas

O envelope de preço deve conter uma cotação geral em uma única moeda. Todos os preços devem ser cotados em Reais.

11. Período de validade das propostas

As propostas devem ter validade de 120 (cento e vinte) dias após a data de apresentação da Proposta determinada pela UNESCO, segundo a data de submissão da Proposta. A UNESCO pode rejeitar qualquer Proposta válida por um período inferior, uma vez que não é responsiva.

12. Formato e assinatura das propostas

O Licitante deve preparar duas cópias das Propostas, claramente identificadas como "Original" e "Cópia", conforme o caso. Em caso de discrepância entre as duas, o original prevalecerá. As duas vias das Propostas devem ser digitadas e assinadas pelo Licitante ou por uma pessoa (ou pessoas)

devidamente autorizada. A Proposta não deve conter rasuras ou emendas, salvo se necessárias para corrigir erros cometidos pelo Licitante, em cujo caso as correções devem ser rubricadas pela pessoa ou pessoas que assinam a Proposta.

13. Pagamento

Mediante a execução total e satisfatória dos serviços do contrato, a UNESCO deve efetuar pagamentos ao Contratado no prazo de até 30 dias após o recebimento e a aceitação da(s) nota(s) fiscal(is) submetidas pelo contratado pelos serviços prestados.

D. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

14. Lacre e identificação das propostas

O Licitante deve lacrar os envelopes internos (Envelopes 1, 2 e 3) em um envelope externo, como detalhado a seguir (vide Anexo I.a para Envelope nº 1).

Os envelopes internos e externos devem:

(a) Ser destinadas à UNESCO no endereço apresentado na folha de rosto desse Edital e fazer referência ao número da Licitação conforme indicado na folha de rosto.

(b) Indicar o nome e o endereço do Licitante.

O Envelope 2 - Proposta Técnica (interno) deve ser identificado como **Proposta Técnica** e incluir o **Formulário de Apresentação de Proposta** e conter a informação especificada no item 8 acima. A proposta deve ser apresentada em 02 (duas) vias devidamente identificadas como "Original" e "Cópia".

O Envelope 3 - Proposta Financeira (interno) deve ser identificado como **Proposta Financeira** e incluir a **Tabela de Preço**. A proposta deve ser apresentada em 02 (duas) vias devidamente identificadas como "Original" e "Cópia".

Observação: se os envelopes internos não forem lacrados e identificados como disposto nesta cláusula, a UNESCO não assumirá a responsabilidade pelo extravio ou abertura antecipada da Proposta.

15. Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser entregues até a data e o horário especificados na folha de rosto deste Edital. A seu critério, a UNESCO pode estender o prazo de apresentação das Propostas, mediante prorrogação do Edital.

16. Propostas em Atraso

Qualquer Proposta que a UNESCO venha a receber após o prazo de apresentação das propostas, segundo a cláusula *Prazo para apresentação de propostas*, será rejeitada.

17. Modificação e retirada das Propostas

O Licitante pode retirar sua Proposta após sua submissão, desde que a UNESCO receba uma notificação por escrito, antes da data final estabelecida para submissão da Proposta. As Propostas não poderão ser modificadas ou retiradas após essa data.

E. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

18. Abertura das propostas

Os representantes da UNESCO abrirão todas as Propostas após o prazo para apresentação e conforme as regras e regulamentos da organização (favor referir-se ao Anexo I.a).

19. Diligência

Para auxiliar o exame, avaliação e comparação das Propostas, a UNESCO poderá, a seu critério, solicitar ao Licitante que apresente esclarecimentos sobre sua Proposta. A solicitação de esclarecimento e a resposta devem ser por escrito, sendo proibido buscar, oferecer ou permitir qualquer mudança no preço ou na substância da Proposta.

20. Exame preliminar

A UNESCO examinará as Propostas para verificar se estão completas, se houve algum erro de cálculo, se os documentos foram devidamente assinados e se as Propostas estão em ordem no geral.

A UNESCO determinará a conformidade substantiva de cada Proposta em relação à Solicitação de Propostas (RFP). Para fins dessas Cláusulas, uma Proposta substancialmente conforme é aquela que atende a todos os termos e condições a RFP, sem desvios. A determinação da conformidade da Proposta se baseia nos conteúdos da própria Proposta, sem recorrer a evidências extrínsecas. (favor referir-se ao Anexo I.a)

A UNESCO rejeitará as propostas consideradas não substancialmente conformes.

21. Avaliação e comparação de propostas

As propostas serão avaliadas em duas ou três fases (favor referir-se ao Anexo I.a), sendo que a avaliação do componente técnico será realizada antes de abrir e comparar qualquer componente de preço. O Componente de Preço será aberto somente para submissões que tenham atingido no mínimo 70% da pontuação total estabelecida para a avaliação técnica.

A proposta técnica é avaliada com base em sua conformidade com os Termos de Referência (TOR).

TÉCNICA E PREÇO COM MÉDIA PONDERADA

As Propostas de Preço de todos os Licitantes que alcançarem a pontuação mínima de 70% na avaliação técnica serão comparadas. ***O contrato será adjudicado à Licitante que receber a maior pontuação em um conjunto predeterminado de critérios técnicos e financeiros ponderados, como especificado abaixo.***

Critérios de Avaliação Técnica

Critérios de Avaliação			Pontos Totais
Critérios	Elementos a serem considerados	Escala de Pontuação	
Qualificação e Experiência da Instituição [124 pontos]			
1.1	Experiência comprovada de, pelo menos, 3 (três) anos desenvolvendo assessoria, consultoria e/ou formação em temáticas relacionadas aos módulos da capacitação deste Termo de Referência	<p>É obrigatório apresentar atestados de capacidade técnica comprovando experiência mínima de 3 anos na prestação de serviços técnicos especializados, desenvolvendo assessoria, consultoria e/ou formação em temáticas relacionadas aos módulos da capacitação deste Termo de Referência.</p> <p>Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverão conter, obrigatoriamente, identificação da Contratante e da Contratada; características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade); local; período de realização; Os atestados/declarações deverão ser emitidos em papel timbrado, datados, assinados pela Organização emissora.</p>	<p>[100%] 124 pontos: 7 ou mais anos de experiência; [85%] 105,4 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 86,8 pontos: 3 anos de experiência</p>
Total da Qualificação da Instituição			124
Qualificação e Experiência da Equipe Técnica [320 pontos]			
2.1	<p>2.1.1 Qualificação do Coordenador.</p> <p>2.1.2 Experiência do Coordenador.</p>	<p>a) É obrigatório mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído e aprovado pela banca em áreas relacionadas à adolescência, medidas socioeducativas, adolescentes em conflito com a lei, direitos humanos, assistência social, ou outro tema correlato as temáticas da capacitação deste Termo de Referência.</p> <p>a) É obrigatória experiência comprovada de pelo menos 3 (três) anos coordenando, prestando assessoria, consultoria e/ou formação em temáticas relacionadas aos módulos da capacitação deste Termo de Referência.</p> <p>A experiência deverá ser comprovada por meio de contratos de trabalho ou atestados de capacidade técnica emitidos em favor do contratado, impressos</p>	<p>[100%] 40 pontos: Pós-Doutorado concluído e aprovado [85%] 34 pontos: Doutorado concluído e aprovado [70%] 28 pontos: Mestrado concluído e aprovado;</p> <p>[100%] 40 pontos: 5 ou mais anos de experiência [85%] 34 pontos: 4 anos de experiência [70%] 28 pontos: 3 anos de experiência</p>
			40
			40

		em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência de acordo com os requisitos deste Termo de Referência.		
2.2	2.2.1 Qualificação acadêmica do Formador I	a) É obrigatória graduação em curso de nível superior em instituição devidamente reconhecida pelo MEC em uma das áreas de conhecimento em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.	[100%] 20 pontos: Mestrado concluído e aprovado [85%] 17 pontos: Pós graduação (<i>lato sensu</i>) especialização [70%] 14 pontos: Graduação em Nível Superior	20
	2.2.2 Experiência profissional do Formador I	a) É obrigatória experiência profissional mínima de 02 (dois) anos como formador ministrando encontros em disciplina que aborde um dos assuntos: adolescência, medidas socioeducativas, socioeducação, adolescentes em conflito com a lei ou outro correlato aos módulos deste Termo de Referência. A experiência deverá ser comprovada por meio de contratos de trabalho ou atestados de capacidade técnica emitidos em favor do contratado, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência de acordo com os requisitos deste Termo de Referência.	[100%] 40 pontos: 4 ou mais anos de experiência [85%] 34 pontos: 3 anos de experiência [70%] 28 pontos: 2 anos de experiência	40
2.3	2.2.1 Qualificação acadêmica do Formador II	a) É obrigatória graduação em curso de nível superior em instituição devidamente reconhecida pelo MEC em uma das áreas de conhecimento em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.	[100%] 20 pontos: Mestrado concluído e aprovado [85%] 17 pontos: Pós graduação (<i>lato sensu</i>) especialização [70%] 14 pontos: Graduação em Nível Superior	20
	2.2.2 Experiência profissional do Formador II	a) É obrigatória experiência profissional mínima de 02 (dois) anos como formador ministrando encontros em disciplina que aborde um dos assuntos: adolescência, medidas socioeducativas,	[100%] 40 pontos: 4 ou mais anos de experiência [85%] 34 pontos: 3 anos de experiência [70%] 28 pontos: 2 anos de experiência	40

		<p>socioeducação, adolescentes em conflito com a lei ou outro correlato aos módulos deste Termo de Referência.</p> <p>A experiência deverá ser comprovada por meio de contratos de trabalho ou atestados de capacidade técnica emitidos em favor do contratado, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência de acordo com os requisitos deste Termo de Referência.</p>		
2.4	2.2.1 Qualificação acadêmica do Formador III	<p>a) É obrigatória graduação em curso de nível superior em instituição devidamente reconhecida pelo MEC em uma das áreas de conhecimento em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.</p>	<p>[100%] 20 pontos: Mestrado concluído e aprovado [85%] 17 pontos: Pós graduação (<i>lato sensu</i>) especialização [70%] 14 pontos: Graduação em Nível Superior</p>	20
	2.2.2 Experiência profissional do Formador III	<p>a) É obrigatória experiência profissional mínima de 02 (dois) anos como formador ministrando encontros em disciplina que aborde um dos assuntos: adolescência, medidas socioeducativas, socioeducação, adolescentes em conflito com a lei ou outro correlato aos módulos deste Termo de Referência.</p> <p>A experiência deverá ser comprovada por meio de contratos de trabalho ou atestados de capacidade técnica emitidos em favor do contratado, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência de acordo com os requisitos deste Termo de Referência.</p>	<p>[100%] 40 pontos: 4 ou mais anos de experiência [85%] 34 pontos: 3 anos de experiência [70%] 28 pontos: 2 anos de experiência</p>	40
2.5	2.2.1 Qualificação acadêmica do Formador IV	<p>a) É obrigatória graduação em curso de nível superior em instituição devidamente reconhecida pelo MEC em uma das áreas de conhecimento em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.</p>	<p>[100%] 20 pontos: Mestrado concluído e aprovado [85%] 17 pontos: Pós graduação (<i>lato sensu</i>) especialização [70%] 14 pontos: Graduação em Nível Superior</p>	20

	2.2.2 Experiência profissional do Formador IV	<p>a) É obrigatória experiência profissional mínima de 02 (dois) anos como formador ministrando encontros em disciplina que aborde um dos assuntos: adolescência, medidas socioeducativas, socioeducação, adolescentes em conflito com a lei ou outro correlato aos módulos deste Termo de Referência.</p> <p>A experiência deverá ser comprovada por meio de contratos de trabalho ou atestados de capacidade técnica emitidos em favor do contratado, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas, nos quais esteja comprovada a experiência de acordo com os requisitos deste Termo de Referência.</p>	<p>[100%] 40 pontos: 4 ou mais anos de experiência [85%] 34 pontos: 3 anos de experiência [70%] 28 pontos: 2 anos de experiência</p>	40
Total da Qualificação da Equipe (coordenador e formadores)				320
Plano de Trabalho, Metodologia e Abordagem [256 pontos]				
3.1	Abordagem proposta para realização do trabalho demonstrando o grau de entendimento da empresa para as atividades descritas nos objetivos e requisitos dispostos no TOR - escopo da tarefa bem definido.	A proposta deve ser elaborada considerando as atividades a serem executadas conforme o TOR e baseada na interpretação da empresa, considerando estratégias para a entrega dos produtos esperados e os diferentes interessados que precisam ser envolvidos nas diferentes atividades. A pontuação será dada a partir do planejamento de realização das atividades a serem executadas como descritas no Termo de Referência, indicando as bases de dados e as ferramentas a serem utilizadas como subsídio na elaboração da metodologia.	<p>[100%] 89 pontos: Excelente evidência da capacidade para atender e superar aos requisitos [85%] 75.65 pontos: Boa evidência da capacidade para atender e superar aos requisitos [70%] 62.3 pontos: Evidência satisfatória da capacidade para atender aos requisitos [50%] 44.5 pontos: Evidência marginalmente aceitável/fraca da capacidade para atender aos requisitos [25%] 22.25 pontos: Insuficiente: nenhuma evidência que demonstre capacidade para atender aos requisitos 0 ponto: Nenhuma informação submetida ou inaceitável conforme os requisitos</p>	89
3.2	Qualidade técnica da metodologia de forma a assegurar a eficiência e o	Até que ponto a proposta é viável, contendo uma metodologia coerente considerando os produtos requisitados. A metodologia será pontuada a partir	<p>[100%] 89 pontos: Excelente evidência da capacidade para atender e superar aos requisitos [85%] 75.65 pontos: Boa evidência da capacidade para atender e</p>	89

	melhor custo benefício do projeto.	da resposta aos desafios apresentados no Termo de Referência	superar aos requisitos [70%] 62.3 pontos: Evidência satisfatória da capacidade para atender aos requisitos [50%] 44.5 pontos: Evidência marginalmente aceitável/fraca da capacidade para atender aos requisitos [25%] 22.25 pontos: Insuficiente: nenhuma evidência que demonstre capacidade para atender aos requisitos 0 ponto: Nenhuma informação submetida ou inaceitável conforme os requisitos	
3.3	Clareza Geral da Proposta: os elementos apresentados estão claros e na sequência das atividades e o planejamento é lógico, realista, eficiente, prevendo a entrega dos produtos pontualmente.	A proposta deve tratar especificamente das prioridades e produtos detalhados no TOR e também estabelecendo a divisão de tarefas entre os integrantes da equipe técnica. A pontuação será dada por meio da análise dos elementos apresentados e a sua articulação realista com o cronograma de execução proposto no Termo de Referência.	[100%] 89 pontos: Excelente evidência da capacidade para atender e superar aos requisitos [85%] 75.65 pontos: Boa evidência da capacidade para atender e superar aos requisitos [70%] 62.3 pontos: Evidência satisfatória da capacidade para atender aos requisitos [50%] 44.5 pontos: Evidência marginalmente aceitável/fraca da capacidade para atender aos requisitos [25%] 22.25 pontos: Insuficiente: nenhuma evidência que demonstre capacidade para atender aos requisitos 0 ponto: Nenhuma informação submetida ou inaceitável conforme os requisitos	78
Total da Proposta de Trabalho				256
TOTAL DE PONTOS				700

A avaliação das propostas de preço (de todos os Licitantes que obtiveram no mínimo 70% da pontuação na avaliação técnica) se baseará no método de peso da pontuação, como segue:

- As propostas financeiras são abertas e é preparada uma lista de preços, onde o preço mais baixo é classificado como o primeiro (que recebe o maior número de pontos) e o preço mais alto é o último (receber o menor número de pontos).
- O preço mais baixo recebe a pontuação máxima (por exemplo, 300), enquanto para os outros preços recebem a pontuação segundo a fórmula: $[\text{Número de pontos} = \frac{\text{menor preço}}{\text{outro preço}} * \text{pontuação máxima para a proposta financeira}]$

Por exemplo:

- Licitante A – o menor preço classificado em 1º lugar no valor de US\$ 10.000 = a
 - Licitante B – segundo menor preço, classificado em 2º lugar, no valor de US\$ 15.000 = b
- Pontos atribuídos a A = 300 e pontos atribuídos a B = 200 (segundo a fórmula: $a/b * 300$, ou seja $10.000/15.000 * 300 = 200$ pontos)

Formulário Combinado de Avaliação Técnica e Financeira

Resumo dos Formulários de Avaliação da Proposta Financeira	Pontuação Máxima	Nome da Empresa / Instituição			
		A	B	C	D
Subtotal da Proposta Técnica	700				
Subtotal da Proposta Financeira	300				
Total 1000					

F. ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

22. Critérios de adjudicação do contrato

A UNESCO se reserva o direito de aceitar ou rejeitar qualquer Proposta, assim como de anular o processo de solicitação e rejeitar todas as Propostas a qualquer momento antes da adjudicação do contrato, sem incorrer em responsabilidade com o Licitante afetado ou qualquer obrigação de informar o Licitante (ou Licitantes) afetado a base para essa ação.

Antes de expirar a validade da proposta, a UNESCO adjudicará o contrato ao Licitante cuja Proposta qualificada, após avaliação, for considerada a mais adequada conforme o critério de avaliação estabelecido para a Licitação.

23. Direito do Comprador de variar os requisitos à época da adjudicação

A UNESCO se reserva o direito, à época da adjudicação do contrato, de alterar a quantidade de bens e serviços especificados na RFP.

ANEXO I.a – Instruções Adicionais aos Licitantes

A. FONTE DE RECURSOS

1. A Representação da UNESCO no Brasil foi solicitada pelo Governo da República Federativa do Brasil, por intermédio do SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a contratar empresa para elaborar e capacitar profissionais do SIMASE - Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, no contexto da execução do Projeto 914BRZ3019.

2. O Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecem a UNESCO (doravante denominada "UNESCO") como agente comprador em nome do SMADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (doravante denominado "Cliente"). O pagamento será feito pela UNESCO por solicitação do Cliente apenas após a evidência documental, aprovada pelo Governo Brasileiro ou seu agente autorizado, demonstrando o cumprimento dos termos e condições deste Edital, e correrá por conta dos recursos consignados no Projeto 914BRZ3019.

B. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE HABILITAÇÃO DO CONCORRENTE (Envelope nº 1)

3. Para fins de Habilitação, os licitantes deverão apresentar a Documentação no Envelope nº 1, devidamente identificado como "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", obedecendo aos itens abaixo descritos.

EMPRESAS BRASILEIRAS

3.1 Relativamente à situação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

3.2 Relativamente à regularidade fiscal:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - i. Para prova da regularidade para com a Fazenda Federal é necessária a apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) (esta pode ser substituída pela Certidão da Receita Federal que abrange a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS).

3.3 Cópia da cédula de identidade e do CPF do responsável legal pela assinatura do Contrato.

3.4 Comprovante contendo os dados bancários para o pagamento.

EMPRESAS ESTRANGEIRAS

3.5 As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que apresentar:

- a) comprovação, pelos meios usuais no país de origem do concorrente, de sua regularidade jurídico/fiscal;
- b) comprovação da capacidade jurídica do representante que, em nome do concorrente, firme a proposta;
- c) demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que o concorrente tem capacidade financeira necessária para executar o objeto;
- d) comprovação de sua capacidade técnica, demonstrada pelos meios usuais do país de origem dos licitantes, por meio de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprovem ter o concorrente aptidão para o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do Edital, de acordo com a Especificação/descrição técnica do Anexo III – Termos de Referência;

NOTA 1: Toda a documentação apresentada, se não for original, deverá ser autenticada em cartório ou, no caso da documentação relativa à regularidade fiscal, se retirada pela Internet, deverá conter o link do site no rodapé da página para identificar o endereço de onde foi retirada a certidão.

*NOTA 2: Se a licitante tiver isenção de alguma inscrição, certidão, cadastro ou qualquer outro documento solicitado neste item 3, é **obrigatório** o envio de declaração informando ser isento.*

C. ABERTURA DAS PROPOSTAS

4. A UNESCO iniciará a abertura das propostas às **10h (hora de Brasília) do dia 10 de março de 2016**, no seguinte endereço: UNESCO - SAS Quadra 05 Bloco H Lote 6, Edifício CNPq/IBICT/UNESCO, Brasília-DF, Brasil.

5. O Comprador abrirá, sempre em solenidade pública, os envelopes nº 1 – Documentação, nº 2 – Proposta Técnica e nº 3 – Proposta Financeira.

6. Serão abertos os Envelopes nº 1 – Documentação, na data marcada no item 4 acima, sendo que as empresas que enviarem proposta receberão por e-mail cópia da ata da sessão de abertura.

As empresas habilitadas serão comunicadas por e-mail sobre a data e horário para abertura do Envelope nº 2 – Proposta Técnica.

7. Serão abertos os envelopes nº 2 – Proposta Técnica, sendo que as empresas que foram habilitadas na primeira etapa receberão via e-mail cópia da ata da sessão de abertura. Após análise das propostas (esta análise não será feita durante a reunião de abertura), todas as participantes desta fase, serão notificadas por e-mail sobre as pontuações obtidas de todas as licitantes e se houve alguma empresa cuja proposta foi desclassificada devido ao não atendimento de algum dos itens deste edital.

As empresas qualificadas serão comunicadas por e-mail sobre a data e horário para abertura do Envelope nº 3 – Proposta Financeira.

8. Serão abertos os Envelopes nº 3 – Propostas financeiras, sendo que as empresas que foram qualificadas na segunda etapa receberão via e-mail cópia da ata da sessão de abertura. Após análise das propostas todas as participantes desta fase, serão notificadas por e-mail sobre os valores apresentados por todas as licitantes e se houve alguma empresa cuja proposta foi desclassificada devido ao não atendimento de algum dos itens deste edital.

As licitantes cujo Envelope nº 3 foi aberto serão notificadas por e-mail sobre o resultado final da licitação. Será adjudicada como vencedora a empresa que tiver atendido a todas as exigências deste

edital e que tenha atingido a maior pontuação e/ou apresentado o menor preço ou outro critério, conforme estabelecido no Anexo I – Instruções aos Licitantes.

D. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

8. Das decisões da Comissão de Licitação (Habilitação, Avaliação das Propostas) caberá recurso administrativo à própria comissão no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da lavratura da ata.

E. DO RECURSO HIERÁRQUICO

9. Após as decisões da Comissão de Licitação em recurso administrativo caberá recurso hierárquico à Coordenação de Compras da UNESCO no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

ANEXO II – Condições Gerais do Contrato de Prestação de Serviços

1. STATUS JURÍDICO

O Contratado deverá ser considerado como status jurídico de contratado independente com relação à UNESCO. Os funcionários e subcontratados do Contratado não serão de forma alguma considerados empregados ou agentes da UNESCO ou das Nações Unidas.

2. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer auTORidade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.

3. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR FUNCIONÁRIOS

O Contratado deverá se responsabilizar pela competência profissional e técnica de seus funcionários, devendo selecionar para trabalhar sob o presente Contrato indivíduos confiáveis, que atuarão de modo eficiente na implementação deste Contrato, respeitarão os costumes locais e comportar-se-ão com alto padrão de moral e ética.

4. ADJUDICAÇÃO

O Contratado não deverá adjudicar, transferir, penhorar ou de qualquer modo dispor do presente Contrato ou de qualquer parte dele, ou de qualquer dos direitos, exigências ou obrigações do Contratado perante este Contrato sem consentimento prévio por escrito da UNESCO.

5. SUBCONTRATAÇÃO

Caso o Contratado necessite de serviços de subcontratados, o Contratado deverá obter aprovação e auTORização por escrito da UNESCO para todos os subcontratados. A aprovação de um subcontratado pela UNESCO não isentará o Contratado de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato. Os termos de qualquer subcontrato deverão estar sujeitos e em conformidade com as disposições do presente Contrato.

6. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

7. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar, isentar e manter isentos e defender, às suas próprias custas, a UNESCO, seus funcionários, agentes e empregados de e contra quaisquer processos, representações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos e despesas, decorrentes de atos ou omissões do Contratado, ou de seus empregados, funcionários, agentes ou subcontratados durante a execução deste Contrato. Esta disposição entender-se-á, entre outras coisas, a demandas e responsabilidades relativas a indenização trabalhista, responsabilidade por produtos e responsabilidade decorrente do uso de invenções ou dispositivos patenteados, materiais com direitos auTORais ou propriedade intelectual registrados pelo Contratado, seus empregados, funcionários, agentes, servidores ou subcontratados. As obrigações contidas neste Artigo não prescrevem com o término deste Contrato.

8. SEGURO E RESPONSABILIDADES SOBRE TERCEIROS

8.1. O Contratado deverá providenciar e manter um seguro contra todos os riscos a seu patrimônio e quaisquer equipamentos usados para a execução deste Contrato.

8.2. O Contratado deverá providenciar e manter o devido seguro contra indenizações trabalhistas ou um equivalente para seus empregados, para cobrir demandas sobre danos pessoais ou morte em conexão com este Contrato.

8.3. O Contratado também deverá providenciar e manter um seguro de responsabilidade civil em valor suficiente para cobrir demandas de terceiros decorrentes de morte ou lesão corporal ou perda ou dano patrimonial decorrente de ou em conexão com o fornecimento de serviços deste Contrato, ou a operação de qualquer veículo, barco, aeronave ou outro equipamento de propriedade ou alugado pelo Contratado ou seus agentes, servidores, empregados ou subcontratados durante a execução de trabalhos ou serviços em conexão com este Contrato.

8.3. À exceção do seguro contra indenização trabalhista, as apólices de seguro decorrentes deste Contrato deverão:

8.3.1. Nomear a UNESCO como segurado adicional;

8.3.2. Incluir uma renúncia de sub-rogação dos direitos do Contratado ao portador do seguro contra a UNESCO;

8.3.3. Garantir que a UNESCO receba notificação prévia da seguradora por escrito 30 (trinta) dias antes de qualquer cancelamento ou mudança de cobertura.

8.4. Mediante solicitação, o Contratado deverá fornecer à UNESCO provas satisfatórias do seguro requerido neste Artigo.

9. ÔNUS/ALIENAÇÕES

O Contratado não deverá causar ou permitir que qualquer alienação, embargo ou outro ônus de qualquer pessoa seja apresentado ou permaneça registrado em qualquer órgão público ou apresentado à UNESCO contra quaisquer quantias devidas ou TORnadas devidas por conta de qualquer trabalho executado ou material fornecido sob este Contrato, ou em razão de qualquer outra queixa ou demanda contra o Contratado.

10. PROPRIEDADE SOBRE OS EQUIPAMENTOS

A propriedade sobre quaisquer equipamentos e suprimentos que possam ser fornecidos pela UNESCO deve permanecer com a UNESCO, devendo tais equipamentos ser devolvidos à UNESCO ao término deste Contrato ou quando não mais forem necessários ao Contratado. Quando devolvidos à UNESCO, tais equipamentos deverão estar nas mesmas condições em que estavam quando foram entregues ao Contratado, ressalvado o desgaste normal de uso. O Contratado deverá recompensar a UNESCO pelo equipamento considerado danificado ou degradado além do desgaste normal de uso.

11. DIREITOS AUTORAIS, PATENTES E OUTROS DIREITOS DE PROPRIEDADE

A UNESCO terá direito de propriedade intelectual e outros direitos de propriedade, incluindo mas não se limitando a patentes, direitos auTORais e marcas com relação a produtos ou documentos e outros materiais que tenham relação direta ou sejam produzidos ou preparados ou coletados em consequência de ou durante o curso da execução deste Contrato. Mediante solicitação da UNESCO, o Contratado deverá tomar todas as medidas necessárias, executar todos os documentos necessários e dar assistência geral na garantia de tais direitos de propriedade e em sua transferência para a UNESCO em cumprimento aos requisitos da legislação pertinente.

12. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÉLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU

O Contratado não deverá divulgar ou TORnar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

13. NATUREZA CONFIDENCIAL DOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

13.1. Esboços, fotografias, planos, relatórios, recomendações, estimativas, documentos e todos os outros dados compilados ou recebidos pelo Contratado no âmbito deste Contrato serão de propriedade da UNESCO, devendo ser considerados confidenciais e ser entregues somente aos funcionários auTORizados da UNESCO na conclusão dos trabalhos deste Contrato.

13.2. O Contratado não poderá comunicar em qualquer tempo e para nenhuma outra pessoa, governo ou auTORidade externa à UNESCO, qualquer informação a ele passada em razão de sua associação com a UNESCO que não tenha sido TORnada pública, sem a auTORização da UNESCO; também não deverá o Contratado em qualquer tempo usar tais informações em benefício pessoal. Essas obrigações não prescrevem com o término deste Contrato.

14. FORÇA MAIOR; OUTRAS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES

14.1. Força maior, para os efeitos deste Artigo, significa fatos da natureza, guerras (declaradas ou não), invasões, revoluções, insurreições ou outros atos de natureza ou força semelhante, que estão fora do controle das Partes.

14.2. No caso de e o mais breve possível após a ocorrência de causa que constitua força maior, o Contratado deverá informar à UNESCO com todos os detalhes por escrito sobre tal ocorrência ou mudança, se o Contratado se TORnar incapaz, total ou parcialmente, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades perante este Contrato. O Contratado deverá também notificar a UNESCO sobre quaisquer outras mudanças nas condições ou a ocorrência de qualquer evento que interfira ou ameace interferir na sua execução deste Contrato. A notificação deverá conter as medidas propostas pelo Contratado a serem tomadas incluindo qualquer meio alternativo razoável para a execução, que não seja impossibilitado por motivos de força maior. Ao receber a notificação exigida neste Artigo, a UNESCO deverá, a seu único critério, tomar as medidas que considerar adequadas ou necessárias naquelas circunstâncias, inclusive conceder ao

Contratado uma prorrogação razoável de tempo para que ele cumpra suas obrigações perante este Contrato.

14.3 Se o Contratado for permanentemente incapacitado, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades perante este Contrato, a UNESCO terá o direito de suspender ou rescindir este Contrato nos mesmos termos e condições dispostos no Artigo 15, "Rescisão", com a exceção de que o período de notificação deverá ser de 7 (sete) dias em vez de 30 (trinta).

15. RESCISÃO

15.1 Qualquer das partes pode rescindir motivadamente este Contrato, total ou parcialmente, mediante notificação por escrito à outra parte com 30 (trinta) dias de antecedência. A abertura de processos de arbitragem em conformidade com o Artigo 16 "Solução de Controvérsias" não deverá ser considerada como rescisão deste Contrato.

15.2 A UNESCO se reserva o direito de rescindir imotivadamente este Contrato a qualquer tempo mediante notificação por escrito ao Contratado com 15 (quinze) dias de antecedência. Nesse caso, a UNESCO reembolsará ao Contratado todos os custos razoáveis incorridos pelo Contratado antes do recebimento da notificação de encerramento.

15.3 No caso de rescisão pela UNESCO nos termos deste Artigo, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto por trabalhos e serviços executados satisfatoriamente conforme os termos expressos neste Contrato. O Contratado deverá tomar providências imediatas para rescindir os trabalhos e serviços pronta e adequadamente e para minimizar perdas e gastos futuros.

15.4 Caso o Contratado seja declarado falido, ou seja liquidado ou se torne insolvente, ou caso o Contratado adjuque em favor de seus credores, ou um Administrador seja indicado por conta da insolvência do Contratado, a UNESCO pode, sem prejuízo de qualquer direito ou remédio legal que possa ter, rescindir este Contrato imediatamente. O Contratado deverá imediatamente informar à UNESCO a ocorrência de quaisquer dos eventos acima.

16. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

16.1 Solução Amigável

As Partes deverão empenhar seus melhores esforços para a solução amigável de qualquer disputa, controvérsia ou queixa decorrente ou relacionada a este Contrato, ou de quebra, rescisão ou anulação do mesmo. Quando as partes desejarem uma solução amigável através de conciliação, esta deverá ocorrer em conformidade com as Regras de Conciliação da UNCITRAL vigentes ou de acordo com outro procedimento que seja acordado entre as partes.

16.2 Arbitragem

Caso tal disputa, controvérsia ou queixa entre as Partes decorrente ou relacionada a este Contrato, ou quebra, rescisão ou anulação do mesmo não seja resolvida amigavelmente de acordo com o parágrafo anterior deste Artigo dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento por uma Parte da solicitação da outra Parte de solução amigável, tal disputa, controvérsia ou queixa deverá ser encaminhada por qualquer das Partes a arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL vigentes, incluindo suas disposições sobre a legislação aplicável. O tribunal arbitral não terá autoridade para conceder danos punitivos. As Partes deverão considerar o resultado de tal arbitragem como solução final de qualquer controvérsia, queixa ou disputa.

17. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

18. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

18.1 A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas dispõe, entre outras coisas, que as Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, são isentas de todos os impostos diretos, exceto as tarifas sobre serviços de utilidade pública, sendo também isentas de taxas e cobranças alfandegárias ou de natureza semelhante, com relação a artigos importados ou exportados para uso oficial. Caso alguma autoridade governamental se recuse a reconhecer a isenção das Nações Unidas de tais impostos, taxas ou cobranças, o Contratado deverá imediatamente consultar a UNESCO para a definição de um procedimento aceitável em comum acordo.

18.2 Por consequência, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura do Contratado quaisquer valores relativos a tais impostos, taxas e

cobranças, a menos que o Contratado tenha consultado a UNESCO antes do pagamento do mesmo e a UNESCO tenha, em cada caso, autorizado o Contratado a pagar especificamente tais impostos, taxas ou tarifas em questão. Nesse caso, o Contratado deverá fornecer à UNESCO prova por escrito de que o pagamento de tais impostos, taxas ou tarifas foi feito e devidamente autorizado.

19. TRABALHO INFANTIL

19.1 O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

19.2 Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

20. MINAS

20.1 O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados.

20.2 Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

21. OBSERVÂNCIA DA LEI

O Contratado deverá cumprir com todas as leis, determinações, regras e normas que regem o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato.

22. AUTORIDADE PARA MODIFICAR

Nenhuma modificação ou mudança neste Contrato, ou renúncia de qualquer de suas disposições, ou qualquer relação contratual adicional de qualquer tipo com o Contratado será válida e aplicável contra a UNESCO, a menos que tenha sido feita por meio de aditamento a este Contrato e assinada por funcionário autorizado da UNESCO.

23. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

(a) Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;

(b) Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança. UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição

24. ANTI-TERRORISMO

O contratante compromete-se a enviar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.

ANEXO III – Termos de Referência (TOR)

1. OBJETO

Contratação de consultoria com experiência acumulada na elaboração de conteúdo e capacitação na temática: Adolescente em Conflito com a Lei – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, para elaborar e capacitar profissionais do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) com base nos parâmetros de gestão, teórico-metodológicos do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de São Paulo, observando: a Doutrina da Proteção Integral; os princípios do ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e a promoção de uma cultura de direitos humanos.

2. JUSTIFICATIVA

Para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social como política pública de direito, busca-se o enfrentamento de importantes desafios vinculados a estruturação de um sistema descentralizado e participativo que potencialize todos os esforços às crescentes demandas sociais. Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências dos entes das esferas de governo, a descentralização e a gestão a partir da perspectiva socioterritorial.

Nesse processo, a Política de Assistência Social aponta para seu caráter de política de proteção social que deve garantir seguranças, prevenir situações de riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. As intervenções em problemas específicos exigem estratégias de atenção especial que requer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas em estreita interface com o sistema de garantias de direito, comportando encaminhamentos monitorados e efetividade na reinserção social.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, no cumprimento de sua missão institucional e na condição de gestora da Política de Assistência Social, baseada nos pressupostos do respeito à cidadania, do reconhecimento do grupo familiar e da reestruturação das redes de reciprocidade social, tem o grande desafio da gestão plena do SUAS na cidade de São Paulo, como sistema articulador e provedor de ações de proteção social básica e especial, afiançador de seguranças sociais, com monitoramento e avaliação de suas ações, de modo a obter maior eficácia e eficiência dos investimentos públicos e efetividade no atendimento à população.

A aprovação Lei 12.594 em 18/01/2012 que institui o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE define o marco regulatório específico para a política de atendimento aos adolescentes, jovens e familiares em cumprimento de medidas socioeducativas em meio

aberto e reafirma a necessidade de equacionar conceitos e elaborar fluxos para o efetivo cumprimento de suas diretrizes.

A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas à adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades.

O objetivo do SINASE, enfim, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos.

O SINASE, enfim, deixa claro que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica", demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública.

De acordo com o Art. 5º da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, compete aos municípios formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado.

Neste sentido, a Prefeitura de São Paulo, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA/SP) aprovou em 08 de setembro de 2015 o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de São Paulo 2015-2025.

O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de São Paulo é um documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais que envolvem os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, embasado na luta e proposições daqueles que defendem o seu acesso e permanência nos espaços públicos por meio de políticas de cidadania.

Assim, o Plano assume os Princípios e Diretrizes do ECA e do Plano Nacional e Estadual de Atendimento Socioeducativo e as propostas operacionais que se estruturam em quatro EIXOS articulados entre si: Eixo 1- Gestão do Sistema Socioeducativo; Eixo 2: Qualificação do Atendimento Socioeducativo; Eixo 3: Participação da sociedade civil e Protagonismo do Adolescente; Eixo 4: Ações intersetoriais, intergovernamentais e interinstitucionais.

Sendo assim, faz-se necessário emprendermos capacitação para os profissionais responsáveis pelo atendimento socioeducativo no município de São Paulo, a fim de aprimoramento da qualidade técnica e contribuir para o necessário apoio técnico e aos serviços conveniados.

Esta contratação visa também:

- Fortalecer as competências de supervisores, gestores e técnicos, capazes de assegurar a qualidade do atendimento;

- garantir que a execução de medidas socioeducativas seja concebida e implementada de forma articulada entre todos os órgãos e atores do Sistema de Garantia de Direitos;

- favorecer a revisão dos parâmetros, referenciais e critérios teórico-metodológicos para esse novo exercício, que pressupõe rupturas e a inovação de práticas;

- promover uma gestão democrática, visando a assegurar a participação das pessoas e órgãos envolvidos.

A capacitação deve refletir numa melhor qualidade do serviço ofertado, contribuindo para o acompanhamento mais qualificado aos adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto e seus familiares.

3. ESCOPO

a. Elaborar Plano de Trabalho considerando as diretrizes apontadas nos marcos legais voltados a conceituação, princípios e normatização referente a execução das medidas socioeducativas aos adolescentes envolvidos com a prática do ato infracional. A proposição deste processo formativo deverá dotar as pessoas de parâmetros metodológicos para aprimorar a qualidade do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

b. O coordenador da formação deverá participar de reuniões presenciais com a SMADS e UNESCO para alinhamento e ajustes do plano de trabalho;

c. Elaborar e apresentar para aprovação da SMADS material didático a ser utilizado nos módulos que correspondam as temáticas que serão ministradas;

d. Realizar quatro módulos presenciais, sendo que cada encontro deverá ter carga horária de 04 (quatro) horas/cada para grupos de até 40 participantes, totalizando 600 participantes distribuídos em 15 turmas. Em razão da disponibilidade da agenda de educação permanente para trabalhadores do SUAS na cidade de São Paulo, é desejável que este processo formativo seja concluído em até 8 meses, conforme cronograma sugerido neste edital.

e. A matriz programática que SMADS identifica como prioritária para o público alvo da formação é a seguinte:

- Contextualizando o SUAS e a Proteção Social Especial.
- A implantação e o desenvolvimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.
- Projeto Político Pedagógicos pactuados com adolescentes e familiares sob as égides do SUAS e do SIMASE.

- O atendimento socioeducativo segundo parâmetros do SIMASE.
- A dimensão ético-política da prática profissional ancorada na cultura de direitos humanos.
- Fortalecimento dos Vínculos familiares e comunitários e seu papel protetivo.
- Adolescentes, família e sociedade civil nas ações do Plano.
- Interdisciplinaridade na compreensão integrada do adolescente.
- Práticas restaurativas e mediação de conflito

f. Espera-se que a metodologia a ser observada na proposta de trabalho seja pautada na reflexão sobre a ação e reflexão na ação.

g. A Contratada deverá propor uma metodologia que estimule os profissionais a desenvolverem trabalhos em grupo, nos intervalos entre um encontro de formação e outro, com a finalidade promover a construção coletiva do conhecimento, a socialização das produções e a reflexão na ação.

h. É desejável que a proponente apresente proposta de atividades colaborativas para estudo de casos e simulação de respostas, para tanto, faz-se necessária a indicação de formadores que possam oferecer apoio pedagógico aos profissionais para eventuais dúvidas durante a elaboração dos trabalhos. Este atendimento poderá ser por meio eletrônico, com formato de fórum, blog ou chat, que facilite a reflexão e orientação aos profissionais.

4. ATIVIDADES E PRODUTOS

Produto 1: Plano de trabalho detalhado contendo a descrição de todos os Produtos previstos no Termo de Referência, bem como das atividades e etapas previstas.

O Plano de trabalho deverá apresentar toda a proposta de capacitação contendo: objetivos, ementa dos encontros, metodologia, conteúdo programático, apresentações em slides, e avaliação de aproveitamento dos participantes em cada módulo/encontro. Deverá ser informado o cronograma, carga horária e formadores responsáveis por cada módulo/turma, de acordo com as instruções deste termo de referência para validação da SMADS.

Atividade 1 : Elaborar e apresentar o Plano de Trabalho discriminando de forma detalhadas a proposta completa da formação, formadores responsáveis, metodologia de avaliação, material didático, a fim de contemplar todos os aspectos requeridos neste Termo de Referência.

A versão final das apresentações em slides (Power Point) deverá ser encaminhada à SMADS, com antecedência de uma semana dos encontros, para reprodução aos profissionais.

O aceite dos Produtos se dará mediante entrega e aprovação de SMADS do relatório completo apresentado em 3 vias originais impressas e 1 cópia digital em cd-rom, contendo: Plano de Trabalho, versão das apresentações, cópia dos textos a serem adotados na capacitação e modelos de instrumentais de avaliações, e demais informações inerentes a realização do produto.

Produto 2: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa dos Subtemas 1 e 2 do Módulo 1 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para o respectivo encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 3: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 3 do Módulo 1 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para respectiva encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 4: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 1 do Módulo 2 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para o respectivo encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 5: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 2 do Módulo 2 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para o respectivo encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 6 Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 3 do Módulo 2 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para respectiva encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 7: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 1 do Módulo 3 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para respectiva encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 8: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 1 do Módulo 4 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para o respectivo encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

Produto 9: Documento técnico contendo relatório referente à execução completa do Subtema 2 do Módulo 4 contendo: objetivos, descrição detalhada do conteúdo ministrado, metodologia, atividades executadas, textos utilizados, resultado da avaliação de aproveitamento de cada turma. Deverão ser anexados: modelo de avaliação do módulo, textos, apresentações utilizadas entre outros.

Atividade 1: Elaboração do material didático e apresentação a SMADS para validação e impressão com a antecedência mínima de uma semana da data marcada para o respectivo encontro.

Atividade 2: Execução da formação para 15 turmas, conforme conteúdo e carga horária prevista.

Atividade 3: Orientação pedagógica aos profissionais para elaboração de estudos de casos colaborativos.

Atividade 4: Elaboração dos resultados da avaliação do encontro.

Atividade 5: Elaboração do relatório de conclusão final das 15 turmas relativas a conclusão do módulo.

5. ATIVIDADES DA EQUIPE CHAVE

a. Coordenador pedagógico da capacitação

Coordenador será o responsável por receber e fornecer informações necessárias à SMADS e sobre o andamento e realização de todos os Produtos deste Termo de Referência.

Participar de reuniões para definições de diretrizes de trabalho, planejamento, execução, monitoramento, avaliação e validação dos produtos, durante toda a execução do contrato, com profissionais da SMADS, arcando com todas as despesas relacionadas às passagens aéreas, hospedagem e diárias de viagem que se fizerem necessárias para reuniões de trabalhos e demais atividades decorrentes da consultoria.

Elaborar e apresentar o plano de trabalho detalhado, para validação de SMADS, de acordo com os parâmetros metodológicos e demais requisitos definidos.

Selecionar o material que irá compor as apresentações em material magnético e demais documentos integrantes do conteúdo didático para leitura, de acordo com as orientações recebidas da SMADS.

Em nenhuma hipótese, as informações prestadas pela SMADS ao contratado poderão ser divulgadas, cedidas, utilizadas, reproduzidas para outras finalidades que não aquelas restritas a concretização dos produtos contemplados neste Termo de Referência.

Refazer, sem ônus, os conteúdos didáticos e relatórios dos produtos, quando não se apresentarem dentro dos padrões requeridos e tendo em vista que os desembolsos só poderão ocorrer após completa aprovação da SMADS.

Mediar e articular com a SMADS as informações e dúvidas da equipe técnica com a SMADS.

Organizar, juntamente os técnicos da SMADS, as reuniões entre outras atividades previstas em contrato.

Apresentar os relatórios definidos nos produtos.

Elaborar o material didático de acordo com a proposta.

Respeitar os prazos previstos em Plano de Trabalho.

b. Equipe técnica composta por, no mínimo, 4 formadores

Elaborar todo conteúdo didático dos encontros e apresentar antecipadamente as apresentações, textos e demais conteúdos de apoio para apreciação, validação e impressão da SMADS.

Aplicar avaliação de aproveitamento, conforme metodologia a ser definida no Produto 1 e sistematizar os resultados por cada turma de sua responsabilidade, para compor o relatório de cada Produto executado.

Sistematizar os registros dos encontros, a fim de que sejam incorporados aos relatórios conforme detalhamento dos Produtos.

Participar de reuniões de alinhamentos e avaliações.

6. ATRIBUIÇÕES

6.1 Obrigações da SMADS e UNESCO:

- a. Convocar e participar de reuniões de planejamento, monitoramento, avaliação e validações dos produtos em conjunto com o contratado.
- b. Acompanhar, supervisionar, solicitar correções e aprovar os produtos realizados pelo contratado de acordo com o cronograma de trabalho.
- c. Solicitar informações ao contratado, necessárias ao acompanhamento da execução do contrato, a fim de assegurar o bom andamento dos serviços contratados.
- d. Comunicar ao contratado toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do contrato.
- e. Indicar e requerer os ajustes nos produtos, a qualquer tempo, que porventura se façam necessários, em vista da integridade dos objetivos estabelecidos.
- f. Validar o material didático, de apoio e produtos elaborados pelo contratado.
- g. Autorizar os pagamentos de serviços técnicos do contratado somente após a aceitação dos produtos pela SMADS e UNESCO.

6.2 Obrigações do contratado:

- a. Submeter à aprovação da SMADS o Plano de Trabalho completo, contendo o cronograma de realização das etapas, que não poderá sofrer nenhuma alteração sem a prévia aprovação da SMADS.
- b. Participar de reuniões de planejamento, execução, avaliação, monitoramento e validações das atividades junto a SMADS, arcando com todas as despesas relacionadas às passagens aéreas, hospedagem e diárias de viagem que se fizerem necessárias para reuniões de trabalhos e demais atividades decorrentes da consultoria.
- c. Em nenhuma hipótese, as informações prestadas pela SMADS ao contratado poderão ser divulgadas, cedidas, utilizadas, reproduzidas para outras finalidades que não aquelas restritas a concretização dos produtos contemplados neste Edital.

- d. Manter sob sigilo todos os dados, as informações e documentos a que terão acesso ou que serão produzidos em virtude da execução deste contrato.
- e. Os encargos, tributos, taxas e impostos decorrentes da execução do contrato de trabalho serão de responsabilidade dos próprios contratados.
- f. Executar e entregar os Produtos de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro;
- g. Refazer, sem ônus, os conteúdos didáticos e relatórios dos produtos, quando não se apresentarem dentro dos padrões requeridos e atentar-se que os desembolsos só se darão após a versão final validada.
- h. Qualquer necessidade de alteração na equipe de formadores, dentre outros aspectos que possam interferir direta ou indiretamente na execução devem ser comunicadas previamente à SMADS para aprovação.

7. PLANO DE TRABALHO

A licitante deverá levar em consideração, para a elaboração da proposta do Plano de Trabalho, a grade curricular abaixo, como requisitos mínimos a serem ofertados.

MODULOS	CARGA HORÁRIA TOTAL DA CAPACITAÇÃO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL PARTICIPANTES POR TURMA	TOTAL DE PARTICIPANTES
MÓDULO 1 Gestão do Sistema Socioeducativo				
Subtema 1 – Contextualizando o SUAS e a Proteção Social Especial.	2 horas			
Subtema 2 – A organização e gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.	2 horas	15	40	600
Subtema 3 – A dimensão ético política da prática profissional ancorada na cultura de direitos humanos.	6 horas			
MÓDULO 2 – Qualificação do Atendimento Socioeducativo				
Subtema 1 - O atendimento socioeducativo segundo parâmetros do SIMASE.	4 horas			
		15	40	600
Subtema 2 – Etapas para a elaboração de Projetos Político Pedagógicos pactuados com adolescentes e familiares sob as égides do SUAS e do SIMASE	6 horas			

Subtema 3 – Fortalecimento dos Vínculos familiares e comunitários e seu papel protetivo.	4 horas			
MÓDULO 3 – Participação e protagonismo dos adolescentes, família e da sociedade civil		15	40	600
Subtema 1 – Adolescentes, família e sociedade civil nas ações do Plano.	4 horas			
MÓDULO 4 – Intersectorialidade enquanto prática interconectada e compartilhada		15	40	600
Subtema 1 – Interdisciplinaridade na compreensão integrada do adolescente.	4 horas			
Subtema 2 – Práticas restaurativas e mediação de conflito.	4 horas			
TOTAL HORAS/ENCONTRO POR TURMA	36			

MESES	MÓDULOS	SUBTEMAS	C/H	SEMANA 1	SEMANA 2	SEMANA 3	SEMANA 4
MÊS 1	Módulo 1	Subtema 1	2h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 1		Subtema 2	2h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 2		Subtema 3	6h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 3	Módulo 2	Subtema 1	4h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 4		Subtema 2	6h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 5		Subtema 3	4h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 6	Módulo 3	Subtema 1	4h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 7	Módulo 4	Subtema 1	4h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15
MÊS 8		Subtema 2	4h	TURMA 1, 2, 3, 4	5, 6, 7, 8	9,10,11,12	13,14, 15

Os encontros deverão ser realizados na modalidade presencial no Espaço Público do Aprender Social – ESPASO (centro de formação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Os módulos serão ministrados para um total de 15 turmas, cada uma com 40 participantes, totalizando 600 trabalhadores da assistência social.

A proposta de capacitação deve ter flexibilidade, para sofrer os ajustes que se fizerem necessários, desde que validados pela CONTRATANTE.

A proposta a ser apresentada pela licitante deverá discriminar no cronograma físico as etapas de execução dos produtos:

- Prazo de duração das atividades e de entrega de cada produto;
- Descrição detalhada das atividades em cada período;

As despesas relacionadas às atividades e produtos decorrentes da consultoria são de total responsabilidade da CONTRATADA. Ao longo do desenvolvimento das atividades a

CONTRATADA deverá discutir os produtos com a Coordenadoria de Proteção Social Especial, e o Espaço Público do Aprender Social.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os serviços/produtos deverão ser prestados/entregues em até 245 (duzentos e quarenta e cinco) dias, conforme o cronograma sugerido abaixo:

Produto	Prazo de Entrega após a assinatura do contrato (em dias corridos)	Valor da Parcela (% do total do contrato)
Produto 1	15 (quinze) dias	5
Produto 2	35 (trinta e cinco) dias	10
Produto 3	66 (sessenta e seis) dias	10
Produto 4	93 (noventa e três) dias	15
Produto 5	125 (cento e vinte e cinco) dias	15
Produto 6	158 (cento e cinquenta e oito) dias	15
Produto 7	185 (cento e oitenta e cinco) dias	10
Produto 8	216 (duzentos e dezesseis) dias	10
Produto 9	245 (duzentos e quarenta e cinco) dias	10
TOTAL		100

8.2 Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato.

8.3 A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado conforme previsto.

8.4 Cada pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço/entrega do produto, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.5 As parcelas serão pagas mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens/serviços.

8.6 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ3019, CNPJ 03.736.617/0001-68.

8.7 A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

8.8 Qualquer questionamento/dúvida/observação sobre este processo de seleção poderá ser direcionado ao e-mail: licita@unesco.org.br

9. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ESPASO – Espaço Público do Aprender Social
Av. Professor Ascendino Reis, 830 - Vila Clementino
CEP 04027-000 - São Paulo - SP
A/C Denise de Freitas Silva (fone: (11) 5908-6514)

10. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0.01% (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada *pro rata tempore*, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

11. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da apresentação.

12. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Edital.

13. MONITORIA DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá participar de reuniões periódicas com a CONTRATANTE e demais atores envolvidos, para articulação e validação das ações necessárias decorrentes do Plano de Trabalho. As reuniões deverão ser registradas em ata pela CONTRATADA constando os encaminhamentos necessários.

Os produtos serão validados pela CONTRATANTE a partir da análise e execução do Plano de Trabalho, e se necessário através de instrumentais de avaliação aplicados nas atividades formativas.

ANEXO IV – Formulário de Apresentação de Proposta

À UNESCO

Como parte integrante da Proposta Técnica

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, oferecemos a prestação dos serviços profissionais pelo valor determinado na Proposta Financeira e que fazem parte desta proposta.

Comprometemo-nos, se nossa Proposta for aceita, a começar e entregar todos os serviços especificados no contrato dentro do prazo estipulado.

Nossa proposta tem a validade de 120 dias a partir da data de apresentação da proposta, conforme estipulado no Edital, e permanecerá obrigatória para nós, podendo ser aceita a qualquer tempo antes da expiração desse prazo.

Entendemos que a UNESCO não é obrigada a aceitar toda e qualquer proposta que receber.

Nome da Licitante:

Endereço da Licitante:

Assinatura Autorizada:

Nome e Cargo da Assinatura Autorizada:

Data:

